Por Bruna Chieco



O segundo painel do 7º Seminário Dever Fiduciário teve como tema “Ética aplicada ao dever fiduciário”, abordando cultura ética e responsabilidade colegiada nas EFPCs, além do uso responsável da tecnologia e inteligência artificial.

Fernanda Rinco, Diretora na CP Prev e Membro do Comitê de Ética da Abrapp, falou sobre um caso real que se tornou uma grande lição sobre governança envolvendo inteligência artificial: uma plataforma desenvolvida para auxiliar médicos na escolha dos melhores tratamentos contra o câncer, porém, que registrou diversas recomendações incorretas.

Grande parte do treinamento dessa ferramenta ocorreu com um pequeno grupo de casos hipotéticos e um número reduzido de especialistas. Assim, ao invés de aprender padrões estatísticos, o sistema reproduzia preferências de alguns médicos específicos, gerando recomendações perigosas quando aplicadas em realidades médicas diferentes.

“A tecnologia fez exatamente aquilo para o qual foi treinada. O erro foi humano. Esse caso não mostra um fracasso da tecnologia, mas sim como o maior risco pode estar na forma como a ferramenta é implementada, supervisionada e incorporada aos processos de decisão”, comentou a palestrante.

Ela ressaltou que, antes de aprovar qualquer sistema, existem perguntas fundamentais que precisam ser feitas: esses dados são confiáveis e representativos? Quem validou os resultados? Como saber se o sistema realmente funciona? Quais são as limitações? Quem monitora os erros e os riscos? Existe supervisão humana efetiva?

“Essas não são perguntas de informática, mas sim de governança. E a governança é dever do conselho, da diretoria e de todos aqueles que participam do processo de decisão. O ponto central é se o conselho faz esses questionamentos antes de uma aprovação”, concluiu.

Cultura Ética – Tatiana Regiani, Membro do Comitê de Ética do ICSS e Governance Officer da

Oleoplan S/A, trouxe dados de uma pesquisa realizada com 10 entidades fechadas, em que 100% delas tinham um código de ética, mas grande parte dos respondentes afirmaram possuir dúvidas sobre ele. Além disso, cerca da metade disse não ter recebido treinamento sobre o documento.

“Ter o instrumento, seja uma regra ou um sistema, não garante governança e ética. A cultura se avalia em três camadas: se existe a estrutura, se é utilizada e, principalmente, se é efetiva. Não basta ter apenas as duas primeiras partes. As pessoas precisam confiar naquilo, sentir que é justo. É assim que se forma, de fato, a cultura”, afirmou.

Segundo ela, a percepção da cultura ética está diretamente ligada à confiança e à justiça. Sem isso é impossível manter uma boa reputação. Esse mesmo raciocínio vale para a inteligência artificial, mas, nesse caso, o fator determinante é se as pessoas confiam no resultado e sentem que ele é justo. Não olhar para esses pontos cria uma falsa sensação de segurança.

“Um sistema pode ser sofisticado, ter sido aprovado, testado e homologado, mas se as pessoas não confiam nele, não sentem que o resultado é justo, ele não é efetivo. Existe uma grande diferença entre saber o que deve ser feito e fazer de verdade, implementar e fazer com que aconteça. Isso é o que diferencia profissionais com o mesmo conhecimento”, completou.

Inteligência Artificial – “Dever fiduciário existe para lembrar que ninguém administra patrimônio de terceiros apenas cumprindo procedimentos. Isso exige diligência, prudência e lealdade, sempre orientada ao melhor interesse dos participantes e assistidos. Isso muda completamente a forma de olhar para a IA”, disse Érika Cassinelli Palma, Diretora-Presidente da OABPrev-SP e Membro do Comitê de Ética da Abrapp.

Ela ressaltou que mais de 75% das entidades fechadas no mundo utilizam ferramentas de inteligência artificial, porém, 60% delas não possuem uma política formal de utilização. Segundo Érika, a IA deve ser tratada como qualquer risco corporativo relevante, tendo em vista que quem responderá caso uma decisão baseada na ferramenta cause algum prejuízo serão os administradores da entidade.

“A governança é responsabilidade da liderança. Os dirigentes precisam desenvolver a literacia digital. Não é para programar algoritmos, mas fazer as perguntas certas. O dever fiduciário continua sendo das pessoas. Na previdência complementar, inovar não significa substituir pessoas por tecnologia, mas usar essas ferramentas para apoiar decisões humanas cada vez mais ricas. O algoritmo pode sugerir, mas a decisão continua sendo nossa”, reforçou.

A palestrante finalizou com algumas dicas essenciais: saibam aonde a IA está sendo utilizada na entidade, inclusive pelos fornecedores; incluam a ferramenta no mapa de riscos corporativos; estabeleçam critérios de revisão periódica; registrem formalmente as premissas que fundamentaram a decisão de adoção por determinada ferramenta; garantam a supervisão humana nas decisões; e sempre promovam treinamentos contínuos.

O 7º Seminário Dever Fiduciário é uma realização da Abrapp, com o apoio institucional da UniAbrapp, Sindapp, ICSS e Conecta. O evento conta com o patrocínio ouro da PFM Consultoria e Sistemas e patrocínio bronze da Apoena Seguros.

Fonte: Abrapp em Foco, em 01.07.2026